

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.855 - SP (2019/0300142-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : **ROGERIO PIRES DE CAMARGO**  
**ADVOGADOS** : **JOÃO LUCAS DOURADO DE MORAES - SP414179**  
 : **ANA CAROLINE SILVA GAMBARY - SP413117**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PROTEÇÃO DO DOMICÍLIO (ART. 5º, XI, DA CF). FUNDADAS SUSPEITAS. RECURSO IMPROVIDO.

1. *O ingresso em moradia alheia depende, para sua validade e sua regularidade, da existência de fundadas razões (justa causa) que sinalizem para a possibilidade de mitigação do direito fundamental em questão. É dizer, somente quando o contexto fático anterior à invasão permitir a conclusão acerca da ocorrência de crime no interior da residência é que se mostra possível sacrificar o direito à inviolabilidade do domicílio.* (HC 381.619/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 11/12/2018, DJe 1º/2/2019)

2. No caso, considerando o panorama fático anterior ao ingresso no domicílio do acusado, sem mandado judicial, formado a partir de informações obtidas por meio de diligências e de atividades de vigilância, não há que se falar em irregularidade na ação dos policiais responsáveis pelo flagrante delito.

3. Recurso ordinário em *habeas corpus* improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator